

Brasil abre o livro da dívida aos bancos

O Banco Central abriu ontem as estatísticas da dívida externa registrada do País, de médio e longo prazos, inclusive para facilitar a renegociação conduzida pelo presidente do BC, Affonso Ceiso Pastore, em Nova Iorque, junto ao comitê de assessoramento dos mais de 700 bancos credores do Brasil. Os novos dados do BC mostram que a dívida brasileira tinha, em março de 1984, prazo de vencimento médio de quatro anos e meio e o setor público era responsável por mais de três quartos dos compromissos externos de médio e longo prazos do País.

A participação do setor público no endividamento externo do País cresceu com a crise financeira internacional, deflagrada em setembro de 1982, e, a partir desta data, os tomadores brasileiros ficaram sem o fluxo normal dos empréstimos em moeda estrangeira, os dois pacotes das renegociações de 1983 e 1984 resultaram na contratação dos jumbos de US\$ 4,2 bilhões e US\$ 6,5 bilhões, respectivamente, pelo Banco Central, com repasse apenas parcial a tomadores finais, em que também predominam órgãos do governo.

Também as maxidesvalorizações do cruzeiro de dezembro de 1979 e de fevereiro de 1983 afastaram as empresas privadas dos empréstimos externos e tornaram o setor público tomador quase que compulsório dos jumbos das fases 1 e 2 de renegociação da dívida. Assim, a responsabilidade do setor público no endividamento externo do País subiu de 67,5% em dezembro de 1982 para 70,2% em março de 1983 e para 75,8% em março último, quando a dívida de governo alcançou US\$ 64,98 bilhões e a da iniciativa privada US\$ 20,74 bilhões, para a dívida global registrada do País de US\$ 85,72 bilhões.

Na verdade, os compromissos de responsabilidade do setor público vai bem além dos 75,8% da estatística oficial, já que muitos bancos e outras empresas privadas contribuem para o saldo de Cr\$ 30,56 trilhões existentes em novembro último — equivalente a US\$ 10,8 bilhões — de depósitos em moeda estrangeira no Banco Central, em que o BC recebe os cruzeiros e assume o encargo pelo pagamento final ao credor externo.

Outros indicadores confirmam que, na contratação final dos em-

préstimos integrantes dos jumbos, predominam os tomadores governamentais, no trimestre junho-julho-agosto de 1984, os quinze principais tomadores de recursos externos foram do setor público, de acordo com os certificados de registro do BC de empréstimos diretos dentro dos dispositivos da Lei nº 4.131.

Eis a relação dos quinze grandes tomadores de empréstimos externos diretos, no referido trimestre: Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), US\$ 250,54 milhões; Furnas Centrais Elétricas, US\$ 230,95 milhões, Light Serviços de Eletricidade, US\$ 145 milhões; Tesouro Nacional, US\$ 133,9 milhões; Empresas Nucleares Brasileiras (Nuclebrás), US\$ 86,64 milhões; Companhia Energética de São Paulo (Cesp), US\$ 80 milhões;

Estado do Rio Grande do Sul, US\$ 73,4 milhões; Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais, US\$ 54,15 milhões; Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), US\$ 50 milhões; Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), US\$ 44,7 milhões; Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), US\$ 28,1 milhões; Estado de Minas Gerais, US\$ 27 milhões; Estado de Goiás, US\$ 21 milhões; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Eletropaulo Eletricidade de São Paulo, com US\$ 20 milhões, contratados cada.

Também com a contratação de US\$ 20 milhões, a Volkswagen do Brasil apareceu como a maior tomadora privada não financeira de empréstimos externos diretos, no trimestre junho a agosto de 1984.